

O Japão reclassifica a dívida brasileira

MILTON F. DA ROCHA FILHO

Depois dos bancos americanos, agora será a vez dos bancos japoneses registrarem como prejuízos mais 25% de seus empréstimos de médio e longo prazos ao Brasil, atendendo a recomendação do Ministério da Fazenda do Japão. Os bancos japoneses estão encerrando o ano fiscal neste final de mês e já nos seus balanços deverão fazer provisões por causa da dívida brasileira, revelou o **chairman** do Banco de Tokyo no Brasil, Toshiro Kobayashi.

Somente para o Banco de Tokyo, o País deve cerca de US\$ 1 bilhão. Kobayashi explicou que a diferença na reclassificação em relação aos Estados Unidos (20%) foi determinada pelo Ministério da Fazenda do Japão, com base em critérios próprios. Os EUA têm um órgão especial para esse tipo de avaliação: o Interagency Country Exposure Risk Committee (Icerc).

A decisão adotada no Japão é decorrente do fato de o Brasil não ter chegado a um acordo na renegociação da dívida externa e também não ter pago os juros devidos até novembro do ano passado, disse Kobayashi.

“Creio que o acordo em relação aos juros devidos será fechado. Mas como os bancos japoneses estão fechando o balanço nesse final de mês não daria para esperar. Daí a decisão de se obrigar a novas provisões para enfrentar o não pagamento brasileiro”, explicou.

O Banco de Tokyo representa os bancos do sudeste asiático no comitê de renegociação da dívida brasileira. Somente para as instituições daquela região o Brasil deve US\$ 10 bilhões.

Kobayashi explicou que o Brasil também tem interesse em apressar a negociação da dívida externa, porque no próximo dia 30 de abril vencerá o Acordo 3, feito há dois anos com os bancos e que permite a utilização de créditos de curto prazo para as exportações brasileiras. Esses créditos, que já foram superiores a US\$ 15 bilhões, hoje estariam reduzidos a cerca de

Os bancos de Tóquio estão fechando seus balanços este mês e vão ter que registrar os empréstimos ao Brasil como prejuízo, reduzindo o lucro de seus acionistas.



Arquivo/AE-19.05.86

US\$ 8 bilhões, principalmente devido à moratória brasileira de 1987 e à decisão posterior de não pagar os juros da dívida.

Alguns banqueiros vêm com cautela os Certificados de Depósitos (CDs), títulos que os bancos brasileiros poderão colocar no mercado internacional, por médio e longo prazos. Eles funcionarão como geradores de dólares para financiar as exportações. Mas, para os banqueiros, os CDs serão insuficientes para atender às necessidades dos exportadores nacionais. A criação dos CDs foi aprovada na reunião de quarta-feira do Conselho Monetário Nacional, mas eles ainda necessitam de regulamentação pelo Banco Central.

Toshiro Kobayashi também aguarda a regulamentação para poder fazer uma análise mais profunda. Entretanto, acredita que a atitude do governo japonês em relação ao Brasil também poderá mudar em futuro próximo, porque o presidente Fernando Collor está resolvendo algumas pendências, como a da Nippon Steel com a Usiminas, já solucionada.

“Isso é bom”, disse o banqueiro japonês. “Sinto que há disposição de diálogo por parte dos dois lados.”